

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

CURSO DE
DIREITO
PROCESSUAL
PENAL

19^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



• O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

• Fechamento desta edição: 26.01.2022

• O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

• **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

• Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

• Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

• Capa: Fabricio Vale

• **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito processual penal / Guilherme de Souza Nucci. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-438-4

1. Direito processual penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Título.

22-75806

CDU: 343.21(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Sumário

Capítulo I – Direito Processual Penal	1
1. Constituição, democracia e princípios constitucionais.....	1
1.1 Constituição.....	1
1.2 Democracia.....	7
1.3 Princípios constitucionais.....	9
2. Direitos e garantias humanas fundamentais.....	12
2.1 Conceito, importância e diferenças.....	12
2.2 A supremacia da Constituição sobre a legislação em geral.....	18
3. O processo penal democrático.....	21
4. Conceito de direito processual penal.....	22
4.1 Autonomia do processo penal.....	24
5. Teoria geral do processo: visão crítica.....	25
6. Interdisciplinaridade entre penal e processo penal.....	31
7. Relacionamento do direito processual penal com outros ramos jurídicos...	33
7.1 Direito processual penal e constitucional.....	33
7.2 Direito processual penal e civil.....	34
7.3 Direito processual penal e administrativo.....	34
7.4 Direito processual penal e tributário.....	35
7.5 Direito processual penal e empresarial.....	35

7.6	Direito processual penal e execução penal	35
7.7	Direito processual penal e penitenciário.....	36
7.8	Direito processual penal e infância e juventude.....	36
7.9	Direito processual penal e militar	36
7.10	Direito processual penal e eleitoral.....	36
8.	Relacionamento do direito processual penal com outras ciências.....	37
8.1	Direito processual penal e psicologia	37
8.2	Direito processual penal e psiquiatria	37
8.3	Direito processual penal e antropologia	37
8.4	Direito processual penal e medicina legal	38
9.	Sistemas processuais penais	38
9.1	Sistema inquisitivo	39
9.2	Sistema acusatório.....	40
9.3	Sistema misto	41
9.4	Opção do sistema processual brasileiro	42
10.	Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa	44
	Resumo do capítulo	46
Capítulo II – Princípios do Processo Penal		49
1.	Introdução	49
2.	Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal ...	50
2.1	Dignidade da pessoa humana.....	50
2.1.1	Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana	51
2.1.2	Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana	56
2.2	Devido processo legal	59
2.2.1	Aspectos ligados ao crime	60
2.2.2	Aspectos ligados ao processo.....	61
2.2.3	A devida investigação penal.....	62
3.	Princípios constitucionais explícitos do processo penal	66
3.1	Concernentes ao indivíduo	66
3.1.1	Princípio da presunção de inocência.....	66
3.1.1.1	Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação	67
3.1.2	Princípio da ampla defesa	68
3.1.3	Princípio da plenitude de defesa	69
3.2	Concernentes à relação processual	70

3.2.1	Princípio do contraditório	70
3.2.2	Princípio da isonomia das partes	71
3.3	Concernentes à atuação do Estado	71
3.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes e da motivação das decisões.....	71
3.3.1.1	O julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas e o juiz natural e imparcial	73
3.3.2	Princípio da publicidade	75
3.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	75
3.3.3.1	A ilegitimidade da utilização da psicografia como prova no processo penal.....	80
3.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar	82
3.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri.....	84
3.3.5.1	Sigilo das votações	84
3.3.5.2	Soberania dos veredictos	85
3.3.5.3	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	87
3.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar	88
4.	Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	89
4.1	Concernentes à relação processual	89
4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	89
4.2	Concernentes à atuação do Estado	90
4.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial	90
4.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	91
4.2.2.1	Mitigação da obrigatoriedade da ação penal.....	92
4.2.2.2	Delação premiada	92
4.2.3	Princípio da oficialidade.....	93
4.2.4	Princípio da intranscendência	93
4.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato...	93
5.	Princípios meramente processuais penais.....	93
5.1	Concernentes à relação processual	93
5.1.1	Princípio da busca da verdade real	93
5.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	97
5.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	97
5.1.4	Princípio da comunhão da prova	98

5.2	Concernentes à atuação do Estado	98
5.2.1	Princípio do impulso oficial.....	98
5.2.2	Princípio da persuasão racional	99
5.2.3	Princípio da colegialidade	99
	Jurisprudência selecionada	100
	Resumo do capítulo	109
Capítulo III – Evolução Histórica do Processo Penal.....		117
1.	Introdução	117
2.	Índia e Egito	118
3.	Palestina.....	119
4.	Grécia	120
5.	Roma	122
6.	A influência da Igreja.....	124
7.	Visigodos	124
8.	Jurisdição eclesiástica.....	126
9.	Portugal.....	127
10.	Ordenações.....	128
11.	Brasil.....	130
12.	Constituição do Império do Brasil.....	131
13.	Leis especiais	132
14.	Código de Processo Criminal.....	132
	Resumo do capítulo	134
Capítulo IV – Fontes do Processo Penal e Interpretação da Lei Processual Penal.....		137
1.	Conceito de fonte.....	137
2.	Fontes materiais.....	137
3.	Fontes formais.....	140
4.	Conceito de analogia	141
5.	Conceito de interpretação	143
6.	Espécies de interpretação	143
6.1	Interpretação literal ou gramatical.....	143
6.2	Interpretação restritiva (ou limitativa)	144
6.3	Interpretação extensiva (ou compreensiva).....	145
6.4	Interpretação analógica	145
6.5	Interpretação sistemática.....	146
6.6	Interpretação lógica	146

6.7	Interpretação histórica.....	147
6.8	Interpretação teleológica.....	147
6.9	Interpretação histórico-evolutiva (<i>occasio legis</i>).....	148
7.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas.....	149
7.1	Quanto ao órgão ou pessoa qualificada da qual emana.....	149
7.1.1	Autêntica.....	149
7.1.2	Doutrinal ou judicial.....	149
7.1.2.1	Doutrinal propriamente dita.....	149
7.1.2.2	Jurisprudencial.....	150
7.2	Quanto à forma.....	151
7.2.1	Costume.....	151
7.2.2	Princípios gerais de direito.....	153
7.2.3	Equidade.....	154
7.2.4	Tratados e convenções.....	154
7.2.5	Brocardos jurídicos.....	154
	Jurisprudência selecionada.....	155
	Resumo do capítulo.....	156
Capítulo V – Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço.....		159
1.	Princípio da territorialidade.....	159
2.	Conceito de tratado e convenção.....	159
3.	Regras de direito internacional.....	160
4.	Exceção à regra da territorialidade.....	160
5.	Conflito entre tratado e direito interno.....	161
6.	Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais.....	163
7.	Jurisdição política.....	164
8.	Justiça Especial.....	164
9.	Tribunal de Segurança Nacional.....	164
10.	Legislação especial.....	165
	Resumo do capítulo.....	165
Capítulo VI – Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo.....		167
1.	Regra geral.....	167
2.	Normas processuais penais materiais.....	168
3.	Ab-rogação e derrogação.....	170
4.	<i>Vacatio legis</i>	171
	Jurisprudência selecionada.....	171
	Resumo do capítulo.....	171

Capítulo VII – Inquérito Policial e Outras Formas de Investigação	173
1. Introdução	173
1.1 Juiz das garantias	174
1.1.1 Atribuições do juiz das garantias.....	175
1.1.2 Prorrogação do inquérito	183
1.1.3 Encaminhamento da investigação	183
1.1.4 Designação do juiz das garantias.....	184
1.1.5 Tutela da imagem dos presos	185
2. Conceito de inquérito policial	186
3. Polícia judiciária	188
4. Outras investigações criminais	190
4.1 Ministério Público e investigação criminal	190
4.2 A possibilidade de a defesa promover investigação criminal.....	193
4.3 Investigação particular	195
5. A classificação das infrações penais pela autoridade policial.....	195
6. Início do inquérito policial.....	196
7. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação	197
8. <i>Notitia criminis</i>	197
9. <i>Delatio criminis</i>	198
10. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.....	199
11. Requisição, requerimento e representação.....	199
12. Negativa de cumprimento à requisição	200
13. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação	200
14. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima	201
15. Procedimento da autoridade policial.....	202
15.1 O princípio da insignificância	205
16. Indiciamento e constrangimento ilegal	205
17. Requisição de indiciamento	206
18. Motivação do indiciamento	207
19. O indiciado como objeto da investigação	207
20. Regras do interrogatório.....	207
21. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica	208
21.1 A coleta de material biológico para DNA e a presunção de inocência.....	209
22. Reconstituição do crime	210
23. Prazo para a conclusão do inquérito.....	211
24. Contagem dos prazos.....	212

25. Cômputo do período de prisão temporária	214
26. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial	214
27. Instrumentos do crime e objetos de prova.....	215
28. Particularidades do inquérito policial	215
28.1 Inquisitivo	215
28.1.1 Situação especial para os agentes de segurança pública.....	216
28.1.2 Sobre os vetos realizados aos §§ 3.º, 4.º e 5.º ao art. 14-A.....	217
28.2 Sigiloso.....	218
28.3 Incomunicabilidade do indiciado	220
29. Relatório final.....	221
30. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público.....	222
31. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade	222
32. Termo circunstanciado	223
33. Curador.....	223
34. Arquivamento do inquérito e outras providências	224
34.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de infor- mação	225
34.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	226
34.1.2 Remessa do PIC à polícia judiciária com requisição de instauração de inquérito policial.....	226
34.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo	227
34.2.1 Utilização do art. 28 do CPP no caso do acordo de não persecução penal.....	228
34.3 Requerimento de arquivamento em competência originária.....	228
34.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública	228
34.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procu- rador-Geral.....	229
34.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arqui- vamento implícito	229
34.7 Arquivamento indireto.....	231
34.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal	231
34.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências.....	232
35. Trancamento do inquérito policial.....	232
35.1 Trancamento de Procedimento Investigatório Criminal.....	232

36. Prosseguimento das investigações após o encerramento do inquérito ou de procedimento investigatório do Ministério Público.....	232
37. Acordo de não persecução penal.....	233
Jurisprudência selecionada	236
Resumo do capítulo	241
Capítulo VIII – Ação Penal	243
1. Fundamento constitucional	243
2. Conceito de ação penal	244
3. Espécies de ação penal	245
4. Ação penal popular	246
4.1 <i>Delatio criminis</i> ao Ministério Público	247
5. Processo e procedimento.....	248
5.1 Pressupostos processuais.....	249
6. Início da ação penal.....	249
7. Condições genéricas da ação penal.....	251
7.1 Possibilidade jurídica do pedido	252
7.2 Interesse de agir	254
7.3 Legitimidade de parte	254
7.3.1 Curador especial.....	255
7.3.2 Legitimação extraordinária.....	256
7.4 A justa causa para a ação penal	256
8. Condições específicas da ação penal.....	257
9. Representação do ofendido	257
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	261
11. Ação penal privada e suas particularidades	263
11.1 Decadência.....	263
11.2 Renúncia.....	266
11.3 Perdão	267
11.4 Perempção.....	269
11.5 Ação privada subsidiária da pública	271
11.6 Espécies de ação privada	274
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa.....	274
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania.....	276
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa.....	276
12.1 Denúncia ou queixa genérica.....	279
12.2 Denúncia ou queixa alternativa.....	280
12.3 Concisão da denúncia ou queixa.....	280

12.4	Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento	281
12.5	Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal	281
12.6	Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa	282
12.6.1	A fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou queixa	282
12.7	Poderes especiais para o ingresso de queixa	284
12.8	Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa	284
12.9	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	285
12.10	Intervenção do Ministério Público na ação penal privada	286
12.11	Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem	287
13.	Reconhecimento da extinção da punibilidade	288
13.1	Morte do réu	288
13.2	Certidão de óbito falsa	289
	Jurisprudência selecionada	290
	Resumo do capítulo	296
Capítulo IX – Ação Civil <i>Ex Delicto</i>		299
1.	Conceito	299
2.	Separação da jurisdição	300
3.	Sentença condenatória como título executivo	302
4.	Sentença concessiva de perdão judicial	302
5.	Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa	302
6.	Revisão criminal	303
7.	Extensão do ressarcimento do dano	303
8.	Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal	304
9.	Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível	305
10.	Existência de sentença absolutória penal	306
11.	Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público	307
11.1	A eventual revogação do art. 68 do CPP pelo Estatuto da Advocacia	308
	Resumo do capítulo	309
Capítulo X – Jurisdição e Competência		311
1.	Conceito de jurisdição	311
2.	Princípios regentes da jurisdição criminal	312
2.1	Sobre a indelegabilidade da jurisdição	313
3.	Conceito de competência	314
4.	Competência absoluta e competência relativa	315

5.	Quadro geral de competência.....	316
6.	O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro.....	317
6.1	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo.....	319
6.2	A matéria como regra específica de competência.....	321
6.2.1	O conflito de competência entre a Justiça Eleitoral e o Tribunal do Júri.....	323
6.3	A prerrogativa de foro como regra específica de competência.....	327
6.3.1	Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria.....	329
6.3.2	Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função.....	334
6.3.2.1	Magistrados e membros do Ministério Público....	334
6.3.2.2	A conciliação entre o foro privilegiado decorrente da prerrogativa de função e a competência constitucional do Tribunal do Júri.....	335
6.3.2.3	Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado.....	336
6.3.2.4	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa.....	337
6.3.2.5	Exceção da verdade nos crimes contra a honra....	338
6.3.2.6	Sobre a aplicação do art. 85 do CPP à hipótese de difamação.....	339
6.3.3	Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria.....	339
6.3.3.1	Pontos relevantes acerca da Justiça Militar.....	339
6.3.3.2	A competência especial do juiz da execução penal.....	340
6.4	A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva.....	342
6.5	Conexão e continência como regras de alteração de competência.....	342
6.5.1	Conceito de conexão.....	344
6.5.2	Conexão material e conexão processual.....	346
6.5.3	Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo.....	347
6.5.4	Espécies de conexão.....	348
6.5.4.1	Conexão intersubjetiva por simultaneidade.....	348
6.5.4.2	Conexão intersubjetiva por concurso.....	348
6.5.4.3	Conexão intersubjetiva por reciprocidade.....	348
6.5.4.4	Conexão objetiva.....	349
6.5.4.5	Conexão instrumental.....	349

6.5.5	Conceito de continência.....	350
6.5.5.1	Continência em razão do concurso de pessoas	350
6.5.5.2	Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso	350
6.5.5.3	Continência em razão do concurso formal de crimes	350
6.5.6	Diferença entre crime único, conexão e continência.....	351
6.6	A prevenção como critério residual de fixação de competência.....	351
7.	Regras para a eleição do foro prevalente	353
7.1	Competência prevalente do júri	354
7.1.1	Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia	354
7.1.2	Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri.....	355
7.2	Jurisdição da mesma categoria	355
7.3	Jurisdição de categoria diversa	356
7.3.1	Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição	357
7.4	Jurisdição comum e especial.....	357
7.4.1	Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual	358
7.4.2	Justiça Federal e contravenção penal.....	358
8.	Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência.....	358
8.1	Jurisdição comum e jurisdição militar	358
8.2	Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude	360
8.3	Separação dos processos em face da superveniência de doença mental.....	360
8.4	Impossibilidade de julgamento de réu ausente	360
8.5	Separação dos processos em razão da recusa de jurados.....	361
9.	Separação facultativa dos processos.....	361
9.1	Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado.....	361
9.2	Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados...	362
9.3	Separação facultativa em face de motivo relevante.....	362
10.	Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência.....	363
10.1	A composição lógica das regras previstas nos arts. 81, 82 e 492, § 1.º, do CPP	363
11.	Conexão e continência no contexto das investigações policiais	365
12.	Autoridade de jurisdição prevalente	365
13.	Regras de aplicação da lei processual penal no espaço.....	366

13.1	Crimes a bordo de embarcações	367
13.2	Crimes a bordo de aeronaves.....	367
13.3	Regra residual de competência.....	368
	Jurisprudência selecionada	368
	Resumo do capítulo	371
Capítulo XI – Incidentes Processuais		381
1.	Introdução e conceitos.....	381
2.	Questões prejudiciais	382
2.1	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	382
2.2	Prejudiciais homogêneas e heterogêneas	382
2.3	Prejudiciais obrigatórias e facultativas	382
2.3.1	Prejudiciais obrigatórias	383
2.3.2	Prejudiciais facultativas	384
2.4	Prejudiciais devolutivas e não devolutivas	385
3.	Procedimentos incidentes	386
3.1	Exceções.....	386
3.1.1	Exceções de suspeição e de impedimento.....	387
3.1.2	Rol de causas de suspeição e de impedimento	387
3.1.3	Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício	387
3.1.4	Procedimento para a recusa do juiz.....	388
3.1.5	Procedimento do juiz.....	389
3.1.6	Consequências da procedência da exceção.....	390
3.1.7	Suspeição ou impedimento em tribunal	391
3.1.8	Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público	392
3.1.9	Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares....	393
3.1.10	Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri	394
3.1.11	Suspeição ou impedimento das autoridades policiais	395
3.1.12	Exceção de incompetência	395
3.1.13	Formalidades para a interposição da exceção de incompetência	396
3.1.14	Exceção de litispendência.....	397
3.1.15	Formalidades para a interposição da exceção de litispendência	398
3.1.16	Exceção de ilegitimidade de parte.....	398
3.1.17	Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte	398

3.1.18	Exceção de coisa julgada.....	399
3.1.19	Coisa julgada material e coisa julgada formal	400
3.1.20	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	401
3.1.21	Limites da coisa julgada.....	401
3.1.22	Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada	403
3.1.23	Petição única contendo mais de uma exceção.....	404
3.2	Incompatibilidades e impedimentos.....	404
3.2.1	Consequência do impedimento	405
3.3	Conflito de competência	406
3.3.1	Conflito de atribuição.....	407
3.3.2	Falso conflito de atribuição.....	407
3.3.3	Conflito em decorrência de conexão e continência.....	408
3.3.4	Procedimento para o conflito de competência.....	409
3.3.5	Outras possibilidades de conflito de competência.....	410
3.3.6	Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal.....	411
3.3.7	Suspensão do processo em caso de conflito.....	411
3.4	Restituição de coisas apreendidas	411
3.4.1	Procedimento da restituição de coisas apreendidas	413
3.4.2	Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração ...	414
3.4.3	Prazo para requerer a restituição.....	415
3.5	Medidas assecuratórias.....	415
3.5.1	Sequestro	415
3.5.1.1	Requisito fundamental para o sequestro	416
3.5.1.2	Procedimento do sequestro	417
3.5.1.3	Levantamento do sequestro.....	419
3.5.2	Especialização de hipoteca legal.....	420
3.5.2.1	Procedimento para a especialização	421
3.5.3	Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas	422
3.5.3.1	Procedimento do arresto dos bens móveis.....	423
3.5.4	Finalização da especialização e do arresto	423
3.5.5	Alienação antecipada de bens.....	424
3.6	Incidente de falsidade	424
3.6.1	Procedimento do incidente de falsidade	425
3.6.2	Sobre os termos falsidade e documento	426
3.6.3	Efeitos limitados da decisão do incidente	426

3.7	Incidente de insanidade mental.....	427
3.7.1	Procedimento do incidente de insanidade mental	427
3.7.2	Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado	429
3.7.3	Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental	430
3.7.3.1	A possibilidade de internação por prazo indeterminado antes da conclusão do processo	430
3.8	Incidente de ilicitude de prova	431
	Jurisprudência selecionada	431
	Resumo do capítulo	436
Capítulo XII – Provas.....		441
1.	Conceito e sentido de prova.....	441
2.	Meios de prova.....	443
2.1	Prova emprestada	445
2.2	Provas ilícitas	445
3.	Finalidade e objeto da prova	448
4.	Ônus da prova.....	449
4.1	A inversão do ônus da prova.....	451
4.2	Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz.....	452
5.	Sistemas de avaliação da prova	454
5.1	A pronúncia e as provas do inquérito.....	456
5.2	Provas típicas e atípicas	457
6.	Exame de corpo de delito e perícias em geral.....	457
6.1	Disposições gerais	457
6.1.1	Cadeia de custódia	460
6.2	Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito	461
6.3	Confissão e corpo de delito.....	463
6.3.1	Exemplo histórico de formação da materialidade por confissão: o caso dos irmãos Naves.....	463
6.4	Formalização do laudo pericial	465
6.5	Necropsia.....	468
6.6	Exumação e inumação.....	470
6.7	Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais.....	470
6.8	Exame de local	471
6.9	Exame laboratorial	471
6.9.1	A inexistência da colaboração do réu para a realização dos exames de laboratório, fornecendo material.....	472

6.10	Perícia em furto qualificado e crimes afins.....	473
6.11	Laudo de avaliação	473
6.12	Exame de local de incêndio	474
6.13	Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico).....	474
6.14	Exame dos instrumentos do crime (o uso de arma de fogo no roubo)....	476
6.15	Quesitos na realização de perícia	477
6.16	Exame por precatória.....	477
6.17	Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial.....	477
6.18	Indeferimento da produção de prova pericial	479
7.	Interrogatório.....	480
7.1	Conceito	480
7.2	Natureza jurídica do interrogatório	480
7.3	Obrigatoriedade do interrogatório	481
7.4	Interrogatório da pessoa jurídica	482
7.5	Presença do defensor	483
7.6	Interrogatório de réu preso	484
7.6.1	O interrogatório por videoconferência e a ampla defesa	484
7.6.2	Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência.....	486
7.6.3	Procedimento para o uso da videoconferência	488
7.6.4	Outros atos processuais e videoconferência	489
7.7	Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório.....	490
7.8	Classificação do interrogatório.....	490
7.9	Direito do acusado ou indiciado ao silêncio	491
7.10	Procedimento do interrogante e do interrogado	493
7.11	Colaboração das partes no interrogatório.....	494
7.12	Interrogatório em separado	495
7.13	Formas especiais de interrogatório	495
7.14	Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes.....	496
7.15	Formalização do interrogatório.....	497
7.16	Renovação do interrogatório	498
8.	Confissão	499
8.1	Conceito de confissão.....	499
8.2	Natureza jurídica e objeto da confissão.....	500
8.3	Espécies de confissão	500
8.4	Valor e fundamentos da confissão	500
8.5	Conceito de delação	504

8.5.1	Prós e contras da delação premiada.....	505
8.5.2	A delação premiada e suas fontes legais.....	507
8.5.2.1	Os abusos dos acordos de delação premiada	509
8.6	CrITÉRIOS de avaliação da confissão e confronto com outras provas...	510
8.7	SilÉNCIO como elemento para o convencimento do juiz.....	510
8.8	DivisIBILIDADE da confissão	511
8.9	RetratabILIDADE da confissão	511
9.	Do ofendido	511
9.1	Conceito de ofendido.....	511
9.2	Diversidade entre ofendido e testemunha	512
9.3	Obrigatoriedade da sua inquiriÇÃO	513
9.4	Valor probatÓRIO da palavra da vítima.....	514
9.5	Reperguntas ao ofendido.....	515
9.6	Vítima não comete falso testemunho	515
9.7	Condução coercitiva e processo por desobediência	516
9.8	Comunicação dos atos processuais ao ofendido	517
9.9	AssistÉNCIA ao ofendido	517
9.10	Preservação da intimidade do ofendido.....	518
10.	Prova testemunhal.....	518
10.1	Conceito de testemunha.....	518
10.2	Natureza jurídica	519
10.3	Classificação das testemunhas.....	519
10.4	Informante ou declarante	521
10.5	Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento.....	521
10.6	Depoimento do menor imputável comparsa do réu	523
10.7	Corréu como testemunha.....	523
10.8	Testemunho único.....	523
10.9	A importância do compromisso.....	523
10.10	Proteção à testemunha.....	525
10.11	Recusa da testemunha em fornecer dados qualificadores ou grau de parentesco ou afinidade.....	526
10.12	Recusa em depor	527
10.13	Formalidades da colheita do depoimento.....	527
10.14	ObrigaÇÃO de depor e possibilidades legais de recusa	528
10.15	Proibição de depor	530
10.16	Impedimento legal para o compromisso.....	531
10.17	Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público ...	532
10.18	Colheita dos depoimentos em separado	533

10.19	Finalização do sistema presidencialista de inquirição.....	534
10.19.1	A ordem de inquirição das testemunhas e a geração de nulidade.....	535
10.19.2	Análise dos julgados do STF proferidos em 2021	538
10.20	Apreciação pessoal da testemunha	543
10.21	Contradita	545
10.22	Redação do depoimento.....	546
10.23	Influência do acusado na colheita do depoimento	548
10.24	Regularidade da intimação da testemunha e condução coercitiva.....	549
10.25	Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória.....	552
10.26	Obrigatoriedade de participação do intérprete	555
10.27	Ausência, enfermidade e velhice da testemunha	555
10.28	Síntese para a prova testemunhal	556
11.	Reconhecimento de pessoas e coisas	557
11.1	Conceito de reconhecimento.....	557
11.2	Natureza jurídica	557
11.3	Reconhecimento fotográfico.....	557
11.4	Formalidades para o reconhecimento	557
11.5	Valor do reconhecimento como meio de prova	560
11.6	Reconhecimento informal.....	561
11.6.1	Reconhecimento por meio de videoconferência.....	561
11.7	Reconhecimento de coisa.....	562
11.8	Reconhecimento coletivo ou em grupo	562
11.9	Reconhecimento de imagens e vozes.....	562
12.	Acareação.....	563
12.1	Conceito de acareação	563
12.2	Natureza jurídica	563
12.3	Valor da acareação.....	563
12.4	Admissibilidade da acareação.....	564
12.5	Objeto da acareação	564
12.6	Requerimento das partes ou procedimento de ofício.....	565
12.7	Procedimento do magistrado na condução da acareação.....	565
12.8	Acareação à distância.....	565
13.	Prova documental.....	566
13.1	Conceito de documento	566
13.1.1	Prova informática.....	567
13.2	Regra para apresentação de documentos no processo	568

13.3	Documentos nominativo e anônimo.....	568
13.4	Fotografia do documento.....	569
13.5	Valoração e licitude do documento	570
13.6	Diligência de ofício	571
13.7	Documentos em língua estrangeira e a pública-forma	571
13.8	Finalização do processo e destino dos documentos.....	572
13.9	Documento e “documentação”	573
14.	Prova indiciária.....	573
14.1	Conceito de indício	573
14.2	Indução.....	574
14.3	Integração entre indução e dedução	576
14.4	Valor probatório dos indícios	576
14.5	Diferença entre indício e presunção	578
14.6	Contraindícios	578
14.6.1	A formação do corpo de delito por indícios.....	579
15.	Busca e apreensão.....	582
15.1	Conceito de busca e apreensão.....	582
15.2	Natureza jurídica	583
15.3	Momentos para a sua realização.....	583
15.3.1	A busca e apreensão determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito.....	583
15.4	Regras especiais de busca e apreensão.....	586
15.5	Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio.....	586
15.6	Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal	587
15.7	Mandado judicial certo e determinado	589
15.7.1	A licitude da abertura das cartas fechadas, encontradas no domicílio do acusado, verificando-se a utilidade do seu conteúdo para a formação da prova.....	591
15.8	Exigência do mandado judicial para a polícia.....	595
15.8.1	A validade da prisão em flagrante, após a constatação de crime permanente, quando do ingresso abusivo em domicílio.....	595
15.9	Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição	596
15.10	Dispensa do mandado de busca pessoal	598
15.11	Formalidades para a realização de busca domiciliar	598
15.11.1	O cumprimento do mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar.....	599
15.11.2	A legitimidade da diligência de localização de outros objetos ilícitos, completamente fora do objetivo estipulado no mandado de busca, permitindo a descoberta de delito ignorado...	601

15.12 Locais equiparados a domicílio	602
15.13 Busca em território alheio	603
Jurisprudência selecionada	603
Resumo do capítulo	617
Capítulo XIII – As Partes no Processo Penal	621
1. Juiz	621
1.1 O juiz como sujeito da relação processual	621
1.1.1 Atuação do magistrado no processo	622
1.2 Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros	624
1.3 Regularidade do processo e princípio do impulso oficial	624
1.4 Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos	625
1.5 Suspeição do juiz	626
1.6 Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição	630
1.7 Criação proposital de animosidade por má-f�	631
2. Ministério Público	631
2.1 O Ministério Público como sujeito e parte na rela�o processual	631
2.2 Impedimento do representante do Ministério Público	634
2.3 Funções principais no processo penal	634
3. Acusado	635
3.1 O acusado como parte na rela�o processual	635
3.2 Indisponibilidade do direito de defesa	635
3.3 Inviabilidade de se exigir a colabora�o do réu na produ�o de prova	636
4. Defensor	636
4.1 Critérios para nomea�o, situa�o no processo e autodefesa	636
4.2 Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa <i>ad hoc</i>	640
4.3 Nomea�o no termo e impedimento	642
5. Curador	642
6. Assist�ncia	642
6.1 Assistente de acusa�o	642
6.2 Interven�o do ofendido	643
6.3 Interven�o de outras pessoas como assistente de acusa�o	644
6.4 Interven�o da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo	645
6.4.1 A figura do <i>amicus curiae</i> no processo penal	645
6.5 Recebimento da causa no estado em que estiver	645

6.6	Corréu como assistente	646
6.7	Atribuições do assistente	646
6.7.1	Sobre a possibilidade de o assistente de acusação arrolar testemunhas	647
6.8	Oposição do Ministério Público à admissão do assistente	648
7.	Funcionários da Justiça	649
7.1	Denominação	649
7.2	Suspeição	649
8.	Peritos e intérpretes	650
8.1	Perito	650
8.2	Intérprete	650
8.3	Juiz atuando como perito ou intérprete	650
8.4	Disciplina judiciária do perito	650
8.5	Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória	651
8.6	Impedimento dos peritos	652
8.7	Suspeição dos peritos	652
	Jurisprudência selecionada	652
	Resumo do capítulo	655
Capítulo XIV – Prisão e Liberdade Provisória		657
1.	Conceito de prisão cautelar	657
2.	Fundamento constitucional da prisão	658
3.	Espécies de prisão processual cautelar	658
4.	Controle da legalidade da prisão	659
5.	Conceito de liberdade provisória	660
6.	Fundamento constitucional da liberdade provisória	660
7.	Formalidades da prisão	660
7.1	A inconstitucionalidade e ilegitimidade da prisão especial	666
8.	Análise das modalidades de prisão cautelar	669
8.1	Prisão temporária	669
8.1.1	A prisão para averiguação	672
8.1.2	A prisão na forma de condução coercitiva decorrente de operações policiais	672
8.2	Prisão em flagrante	673
8.2.1	Flagrante facultativo e flagrante obrigatório	675
8.2.1.1	A prisão em flagrante nos crimes de ação privada ou pública condicionada	676

8.2.2	Flagrante próprio ou perfeito.....	677
8.2.3	Flagrante impróprio ou imperfeito	677
8.2.4	Flagrante presumido	678
8.2.5	Flagrante preparado ou provocado	680
8.2.6	Flagrante forjado	681
8.2.7	Flagrante esperado	681
8.2.8	Flagrante diferido ou retardado.....	681
8.2.9	Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	681
8.2.10	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante	683
8.2.10.1	A efetividade do direito ao silêncio em face da prisão em flagrante	684
8.2.10.2	O relaxamento da prisão em flagrante promovido pela autoridade policial.....	685
8.2.10.3	A apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial e a prisão em flagrante.....	687
8.2.11	Controle jurisdicional da prisão em flagrante.....	687
8.2.11.1	Audiência de custódia	689
8.3	Prisão preventiva.....	692
8.3.1	Momento da decretação e período de duração	694
8.3.1.1	A justa medida da razoabilidade e da proporcionalidade na prisão cautelar	695
8.3.1.2	Prisão preventiva para forçar delação premiada... ..	696
8.3.2	Requisitos para a decretação da prisão preventiva	697
8.3.2.1	Requisitos genéricos	697
8.3.2.2	Requisitos específicos.....	698
8.3.2.2.1	Garantia da ordem pública.....	698
8.3.2.2.2	Garantia da ordem econômica.....	700
8.3.2.2.3	Conveniência da instrução criminal.....	701
8.3.2.2.4	Garantia de aplicação da lei penal.....	702
8.3.2.3	Fatos novos ou contemporâneos.....	702
8.3.3	Fundamentação da prisão preventiva.....	703
8.3.4	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva	707
8.3.5	Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu.....	709
8.3.6	A apresentação espontânea do acusado	712
8.4	Prisão decorrente de pronúncia	713
8.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	714

8.5.1	A prisão para recorrer, o tempo de espera para o julgamento da apelação e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	715
8.5.2	Prisão após decisão em 2.º grau.....	716
8.6	Medidas cautelares alternativas à prisão	716
8.6.1	Espécies de medidas cautelares.....	716
8.6.2	Requisitos para a decretação das medidas cautelares.....	717
8.6.3	Aplicação do contraditório e da ampla defesa.....	719
8.6.4	Descumprimento da medida cautelar alternativa.....	719
8.6.4.1	A decretação da prisão preventiva, para qualquer crime, em caso de descumprimento de medida cautelar alternativa.....	720
8.6.5	A detração no contexto das medidas cautelares alternativas....	720
8.7	Prisão domiciliar	721
9.	Liberdade provisória	723
9.1	Liberdade provisória com fiança.....	724
9.1.1	Hipóteses que vedam a concessão de fiança	726
9.1.2	Valor da fiança	727
9.1.3	Condições da fiança	728
9.1.4	Fiança definitiva	729
9.1.5	Consequências possíveis da fiança.....	731
10.	Liberdade provisória sem fiança	734
10.1	Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema	734
10.2	Definição jurídica do fato e liberdade provisória	736
	Jurisprudência selecionada	736
	Resumo do capítulo	745
Capítulo XV – Citação e Intimação.....		747
1.	Conceito de citação	747
2.	Formas de citação	747
2.1	Citação por mandado	747
2.1.1	Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades...	750
2.2	Citação do militar.....	750
2.3	Citação do funcionário público.....	751
2.4	Citação do réu preso	751
2.5	Citação por edital e por hora certa	751
2.5.1	Conteúdo do edital.....	753

3.	Suspensão do processo e da prescrição	753
3.1	A suspensão do processo em face de citação por hora certa	755
3.2	A inexistência de revelia, a ausência e seus efeitos processuais	757
4.	Conceito de intimação	759
5.	Procedimento para as intimações	759
	Jurisprudência selecionada	761
	Resumo do capítulo	763
Capítulo XVI – Sentença		765
1.	Conceito de sentença	765
2.	Outros atos jurisdicionais.....	766
3.	Natureza jurídica da sentença.....	767
4.	Outras classificações	767
5.	Conteúdo da sentença.....	768
6.	Modificação da definição jurídica do fato	769
7.	Correlação entre acusação e sentença.....	770
7.1	O princípio da ampla defesa e a alteração da definição jurídica do fato, promovida pelo juiz, na sentença	771
8.	Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato	773
9.	Independência do juiz para julgar.....	775
10.	Absolvição vinculada	777
11.	Elementos da sentença condenatória.....	778
11.1	A fixação do valor mínimo para a reparação civil do dano causado pela infração penal	778
11.2	Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	779
12.	Publicação e intimação da sentença.....	780
13.	Efeitos da sentença condenatória	781
	Jurisprudência selecionada	781
	Resumo do capítulo	784
Capítulo XVII – Procedimentos		785
1.	Processo e procedimento.....	785
2.	Procedimento e devido processo legal.....	785
2.1	A regionalização do processo penal.....	786
3.	Procedimento comum e procedimento especial	787
4.	Procedimento comum	788
4.1	Procedimento ordinário	788
4.1.1	Respeito à vítima e à testemunha	793

4.2	Procedimento sumário	796
4.3	Procedimento sumaríssimo	797
5.	Procedimentos especiais	798
5.1	Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais	798
5.2	Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo.....	799
5.3	Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos	802
5.4	Procedimento dos crimes falimentares	803
5.5	Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	808
5.6	Procedimento dos crimes contra a honra	810
5.7	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	813
5.8	Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos.....	817
	Jurisprudência selecionada	820
	Resumo do capítulo	822
Capítulo XVIII – Tribunal do Júri.....		839
1.	Origem histórica do Tribunal do Júri	839
2.	O júri na Constituição Federal	841
3.	O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário	842
4.	Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	843
5.	A formação da culpa no procedimento do júri	844
6.	O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação	844
7.	Pronúncia	847
7.1	Requisitos para a pronúncia.....	847
7.2	Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados	849
7.2.1	A extensão da fundamentação da pronúncia	850
7.3	Os crimes conexos na pronúncia	852
7.4	Alteração da classificação do crime	852
7.5	Possibilidade de correção da pronúncia	853
8.	Impronúncia.....	854
8.1	A inconveniência da impronúncia	854
9.	Desclassificação da infração penal.....	855
9.1	A possibilidade de haver conflito negativo de competência após a desclassificação	856

10. Absolvição sumária	858
10.1 A absolvição sumária proferida por juiz togado e a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida	858
10.2 Semi-imputabilidade.....	858
11. Intimação da pronúncia.....	859
12. Libelo crime-acusatório.....	860
12.1 Conceito	860
12.2 Consequências da eliminação do libelo	860
13. Fase de preparação do plenário	861
13.1 Justificação	862
13.2 Desaforamento.....	863
13.3 Supressão de nulidade.....	866
13.4 Providências para o julgamento	866
14. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado	867
14.1 Organização do júri	867
14.2 A composição do Tribunal do Júri e a garantia de ocorrência de um julgamento imparcial do réu pelos próprios pares	869
14.3 Composição do júri.....	870
14.4 Função do jurado	870
15. Julgamento em plenário.....	874
15.1 Formalidades iniciais.....	874
15.1.1 A legitimidade do empréstimo de jurados de um plenário para outro, formando-se o <i>quorum</i> mínimo para o início da sessão de julgamento.....	874
15.1.2 O alcance da publicidade do julgamento pelo Tribunal do Júri: a transmissão ao vivo pelos meios de comunicação.....	875
15.1.3 O uso de algemas pelo réu em plenário.....	876
15.2 Formação do Conselho de Sentença.....	879
15.3 Interrogatório do réu	884
15.4 Relatório do processo e leitura de peças.....	885
15.5 Produção da prova testemunhal.....	885
15.5.1 Maior proteção à dignidade da vítima e da testemunha	887
15.6 Debates	887
15.6.1 Os acordos feitos pelas partes antes de iniciar o julgamento em plenário e a soberania do Tribunal do Júri	887
15.6.2 O direito ao aparte.....	889
15.6.3 A inovação da tese de defesa durante a tréplica	890
15.6.4 A vedação a referências acerca de peças dos autos e situações processuais.....	892

15.7	Procedimento para o julgamento.....	894
15.7.1	O julgamento realizado em sala secreta e o princípio constitucional da publicidade.....	896
15.8	Quesitos e questionário.....	897
15.8.1	Regras para a redação do questionário.....	899
15.8.2	A viabilidade do quesito relativo à continuidade delitiva.....	902
15.8.3	A elaboração de quesitos em relação às agravantes e atenuantes.....	903
15.8.4	A iniciativa de propor a inserção do quesito de falso testemunho ou da falsa perícia no questionário.....	906
15.8.5	A tese da legítima defesa da honra e a posição do STF.....	907
15.9	Votação em sala secreta.....	915
15.10	Sentença do Juiz Presidente.....	918
15.10.1	A desclassificação imprópria e suas consequências na votação do questionário e no julgamento da causa.....	920
15.11	Ata do julgamento.....	923
15.12	Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri.....	924
15.12.1	O controle da eficiência da acusação pelo juiz presidente, do mesmo modo que deve fazer no tocante à defesa.....	925
	Jurisprudência selecionada.....	926
	Resumo do capítulo.....	938
Capítulo XIX – Nulidades.....		941
1.	Conceito.....	941
2.	Atos inexistentes e irregulares.....	943
3.	Princípios que regem as nulidades.....	944
3.1	Não há nulidade sem prejuízo.....	944
3.2	Não há nulidade provocada pela parte.....	945
3.3	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária.....	946
3.4	Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa.....	946
3.5	A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes.....	946
4.	Desatendimento de normas constitucionais.....	947
5.	Nulidade em inquérito policial.....	947
6.	Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas.....	947
7.	Espécies de nulidade absoluta.....	948
7.1	Incompetência.....	948

7.1.1	Coisa julgada e incompetência	949
7.1.2	Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial.....	950
7.2	Suspeição e impedimento.....	950
7.3	Suborno do juiz	951
7.4	Ilegitimidade de parte.....	951
7.5	Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	952
7.5.1	Falta de assinatura na denúncia ou queixa.....	952
7.6	Ausência do exame de corpo de delito	953
7.7	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	953
7.8	Falta de citação, ampla defesa e contraditório.....	954
7.9	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia...	955
7.10	Ausência do réu e realização da sessão.....	955
7.11	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri	955
7.12	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	956
7.13	Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	956
7.14	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri ...	956
7.15	Ausência da sentença.....	957
7.15.1	Decisão carente de fundamentação	957
7.16	Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	958
7.17	Ausência de intimação para recurso.....	958
7.18	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão.....	958
7.19	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	958
8.	Espécies de nulidade relativa	959
8.1	Infringência à regra da prevenção.....	959
8.2	Falta de intervenção do Ministério Público.....	959
8.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	960
8.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	960
8.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade	960
8.6	Ausência da forma legal dos atos processuais	961
9.	Momento para arguição das nulidades relativas	961
10.	Convalidação e contaminação das nulidades	962
	Jurisprudência selecionada.....	963
	Resumo do capítulo	968

Capítulo XX – Recursos	971
1. Fundamento constitucional do recurso.....	971
2. Conceito de recurso	972
3. Natureza jurídica do recurso.....	973
4. Características fundamentais dos recursos.....	973
5. Efeitos dos recursos.....	974
6. Recurso de ofício	975
7. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos.....	976
7.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso.....	976
7.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público	977
7.3 Múltipla legitimidade recursal.....	977
7.3.1 A divergência entre o réu e seu defensor quanto a recorrer ...	978
7.4 Interesse recursal.....	979
7.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos	980
7.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos	982
7.7 Princípio da fungibilidade dos recursos.....	982
7.7.1 O parecer do Ministério Público em grau de recurso e os princípios do contraditório, da ampla defesa e da igualdade processual	982
8. Recurso em sentido estrito.....	984
8.1 Conceito	984
8.2 Cabimento.....	984
8.3 Processamento do recurso em sentido estrito.....	993
9. Correição parcial	996
9.1 Conceito	996
9.2 Natureza jurídica da correição.....	996
9.2.1 Fundamento constitucional e aplicação prática	997
9.3 Processamento	998
10. Reclamação.....	999
10.1 Conceito de reclamação.....	999
10.2 Fundamento constitucional.....	999
10.3 Processamento da reclamação.....	999
11. Agravo em execução criminal.....	1000
11.1 Conceito de agravo em execução criminal	1000
11.2 Rito do agravo.....	1000
12. Apelação.....	1002
12.1 Conceito de apelação	1002
12.2 Hipóteses de cabimento da apelação	1003

12.3	Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros.....	1008
12.4	Processamento da apelação.....	1010
12.5	Trâmite no tribunal.....	1013
12.5.1	A possibilidade de conciliar a vedação da <i>reformatio in pejus</i> e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, quando houver nulidade do primeiro julgamento, reconhecida em apelação apresentada pelo réu	1016
13.	Agravo nos tribunais.....	1018
13.1	Conceitos.....	1018
13.2	Processamento	1018
14.	Protesto por novo júri.....	1018
14.1	Conceito e razão histórica da sua existência.....	1018
14.2	Inconveniência da manutenção do recurso e sua revogação.....	1019
14.3	Consequências imediatas da sua revogação	1020
15.	Embargos de declaração	1021
15.1	Conceito e extensão	1021
15.2	Processamento dos embargos de declaração	1021
16.	Carta testemunhável.....	1023
16.1	Conceito e natureza jurídica	1023
16.2	Cabimento e processamento da carta testemunhável.....	1023
17.	Embargos infringentes e de nulidade	1025
17.1	Conceito	1025
17.2	Processamento	1025
18.	Recursos extraordinário e especial.....	1026
18.1	Conceito de recurso extraordinário.....	1026
18.2	Conceito de recurso especial	1028
18.3	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário	1029
18.4	Reexame de matéria de fato	1029
18.5	Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário	1029
18.6	Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria	1032
19.	Recurso ordinário constitucional.....	1033
20.	Embargos de divergência.....	1033
21.	Normas disciplinadoras da competência recursal	1034
	Jurisprudência selecionada.....	1035
	Resumo do capítulo	1038

Capítulo XXI – Ações de Impugnação.....	1043
1. Introdução	1043
2. Revisão criminal	1043
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica.....	1043
2.1.1 Alguns dados históricos	1045
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal	1046
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitu- cionais	1048
2.3.1 A revisão criminal e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri.....	1049
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal	1051
2.4.1 Um exemplo histórico de erro judiciário: o caso Mota Coqueiro	1054
2.4.2 Revisão criminal de homologação de sentença estrangeira...	1056
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido.....	1056
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e proces- samento.....	1058
2.6.1 A possibilidade de libertação provisória do réu até o julga- mento da revisão criminal.....	1060
2.7 Indenização pelo erro judiciário	1061
2.7.1 Estudos de erros judiciários	1064
3. <i>Habeas corpus</i>	1065
3.1 Conceito de <i>habeas corpus</i>	1065
3.2 Origem no Brasil	1066
3.3 Ampliação do seu alcance	1067
3.3.1 O <i>habeas corpus</i> para anular o julgamento e a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.....	1067
3.4 Natureza jurídica	1068
3.5 Espécies de <i>habeas corpus</i> e restrições à sua utilização	1069
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento	1070
3.7 Competência para conhecer do <i>habeas corpus</i>	1072
3.7.1 Regras gerais.....	1072
3.7.2 Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal...	1072
3.7.3 Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça...	1074
3.7.3.1 Prequestionamento em <i>habeas corpus</i>	1075
3.7.4 Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	1075
3.7.5 Competência constitucional do Tribunal do Estado	1075
3.7.5.1 Promotor de Justiça como autoridade coatora.....	1075

3.8	Legitimidade ativa e passiva.....	1076
3.8.1	O particular como polo passivo no <i>habeas corpus</i>	1079
3.8.2	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1079
3.9	Formalidades e condições da impetração	1081
3.9.1	A decisão do juiz, o pedido de reconsideração e a impetração do <i>habeas corpus</i> no Tribunal	1083
3.10	Concorrência do <i>habeas corpus</i> com outra ação ou investigação	1084
3.11	A medida liminar em <i>habeas corpus</i> e outras providências cautelares.....	1084
3.12	Processamento do <i>habeas corpus</i>	1086
3.12.1	A restrição à produção de prova no <i>habeas corpus</i>	1087
3.12.2	O ônus da prova no <i>habeas corpus</i>	1088
4.	Mandado de segurança	1089
4.1	Conceito	1089
4.2	Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal	1090
4.2.1	Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal ...	1091
4.2.2	Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça	1091
4.2.3	Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais.....	1091
4.2.4	Competência constitucional do Tribunal do Estado	1091
4.3	Alguns aspectos do processamento	1092
4.3.1	Medida liminar	1092
4.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	1092
4.3.3	Petição inicial.....	1092
4.3.4	Litisconsórcio necessário.....	1093
4.3.5	Direito líquido e certo.....	1093
4.3.6	Prazo para ajuizamento	1093
4.3.7	Custas, despesas e honorários.....	1093
4.3.8	Efeitos da sentença sobre a liminar	1093
4.3.9	Participação do Ministério Público	1093
4.3.10	Recursos cabíveis.....	1094
	Jurisprudência selecionada	1094
	Resumo do capítulo	1099
	Capítulo XXII – Reabilitação	1101
1.	Conceito de reabilitação	1101
2.	Procedimento.....	1101

3. Recurso de ofício	1102
4. Comunicação ao Instituto de Identificação	1102
5. Revogação da reabilitação	1103
Jurisprudência selecionada	1103
Resumo do capítulo	1105
Capítulo XXIII – Relações Jurisdicionais com Autoridades Estrangeiras	1107
1. Fundamento constitucional	1107
2. Regras especiais	1107
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais	1109
3.1 Formalidades para a homologação	1109
4. Carta rogatória	1110
4.1 Conceito de carta rogatória	1110
4.2 Outras diligências	1111
4.3 Carta rogatória vinda do exterior	1112
Resumo do capítulo	1112
Capítulo XXIV – Disposições Gerais do Processo Penal	1113
1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais	1113
2. Publicidade dos atos processuais em geral	1113
3. Comportamento em audiências	1114
4. Realização dos atos processuais	1115
5. Conceito de prazo e contagem	1116
5.1 O início da contagem quando a intimação for feita por mandado ou precatória	1118
6. Retirada dos autos de cartório	1119
7. Custas nos processos criminais	1120
7.1 A sucumbência e sua regulação no processo penal quanto à verba honorária	1121
8. Estatísticas criminais	1122
Jurisprudência selecionada	1122
Resumo do capítulo	1125
Bibliografia	1127
Obras do Autor	1157